



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO DE 30/07/2013 – ITEM 19

TC-000509/014/11

Representante: Sindicato dos Servidores Públicos de Cruzeiro - Presidente - Gilmar de Abreu Alves.

Representado: Prefeitura Municipal de Cruzeiro.

Responsável: Ana Karin Dias de Almeida Andrade (Prefeita).

Assunto: Possíveis irregularidades em recolhimentos e repasses de contribuição previdenciária e imposto de renda pelo Executivo Municipal. Justificativas apresentadas em decorrência da assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini e Substituto de Conselheiro Auditor Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, em 14-09-12 e 15-11-12.

Advogados: Celso Rosa de Siqueira, Marcelo Palavéri, Francisco Antonio Miranda Rodriguez, Flávia Maria Palavéri, Clayton Machado Valério da Silva, Fabiana Balbino Vieira, Janaína de Souza Cantarelli, Rafael Junqueira Xavier de Aquino e outros.

Fiscalizada por: UR-14 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-14 - DSF-II.

RELATÓRIO

O Sindicato dos Servidores Públicos de Cruzeiro, representado por seu Presidente Gilmar de Abreu Alves, por meio deste protocolado, solicitou a este Egrégio Tribunal de Contas a instauração de procedimento de fiscalização para apurar a ocorrência de possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, tocantes a tributos e contribuições, nos últimos 20 anos, mas com foco no período de janeiro de 2009 a junho de 2011.

O texto inicial relata que o Sindicato recebeu, por telefone e pessoalmente, denúncias feitas por indivíduos que



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

solicitaram a manutenção do anonimato, por temerem represálias políticas ou funcionais. A saber:

- 1) a base de cálculo adotada para a contribuição previdenciária não considera as vantagens pessoais do servidor;
- 2) retenção de contribuições sem efetivo repasse à Previdência;
- 3) não fornecimento da declaração de dependentes para fins de imposto de renda;
- 4) concessão de adiantamento para a cobertura de diárias sem tributação;
- 5) folha de pagamento mensal não reflete a realidade do quadro funcional da Municipalidade;
- 6) ausência de retenção do INSS sobre os valores pagos a autônomos e prestadores de serviços.

Instado a manifestar-se, o GTP ponderou que o Sindicato não tem legitimidade para provocar fiscalização ordinária, extraordinária ou específica, sugerindo o recebimento do expediente como representação (fls.42/44).

A proposta foi acolhida, tendo-se determinado que a Fiscalização buscasse elementos para a adequada instrução da matéria (fls.45/50).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

A Unidade Regional de Guaratinguetá – UR-14 (fls.295/296) diligenciou junto ao Poder Executivo de Cruzeiro, arregimentando farta documentação mediante visita *in loco*, de modo a alcançar as seguintes conclusões:

- inexistência de irregularidade nos cálculos da folha de pagamento, levando em consideração os registros no sistema SIAP-GEO, a tabela de incidência tributária e a legislação de regência;
- execução de recolhimento de valores através de retenção nas cotas do Fundo de Participação do Municípios, não havendo incompatibilidades;
- pagamento de diárias regulado por lei, sendo os valores concedidos apenas aos ocupantes do cargo de motorista, em montante anual dentro dos limites legais.

A Assessoria Técnica sugeriu chamar a Prefeitura Municipal para conhecer as assertivas contidas nos autos, como garantia do contraditório e da ampla defesa (fls.298/299).

Convocada, a Municipalidade (fls.307/590), por sua Prefeita Ana Karin Dias de Almeida Andrade, asseverou que a representação não reuniu elementos documentais e indícios de veracidade, como requer a lei, haja vista que o representante declara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

ter recebido informações verbais, oriundas de ligações telefônicas de pessoas não identificadas.

Declinou os dados da folha de pagamento mensal, provas da transmissão de informações à Previdência Social, códigos de recolhimento e outros elementos contábeis e tributários, bem como relatórios mensais de pagamento de diárias discriminadas por credor.

ATJ avaliou a documentação e os argumentos ofertados pela Prefeitura representada, entendendo que as contestações lançadas pelo Sindicato não merecem prosperar, frente à incontestada apuração promovida pela UR-14 e às razões de defesa. Concluiu pela improcedência da representação (fls.593/595).

Nada mais foi acrescentado.

É a síntese necessária.

MSB



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

VOTO

Trata-se de matéria recebida por esta Corte de Contas como representação, oriunda do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Cruzeiro, pleiteando a realização de inspeção retroativa aos últimos vinte anos no âmbito da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, acerca de contribuições previdenciárias, retenção de imposto de renda e pagamento de diárias.

Não obstante o extenso arrazoadado, avalio que a representação está sustentada somente em recortes de jornal e supostas informações verbais, transmitidas anonimamente, estando ausentes elementos documentais e indícios de veracidade dos fatos, como exigem os artigos 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas e 111 da Lei Complementar nº 709/93.

Ainda, cuida-se de assertivas genéricas, que não se harmonizam com os requisitos do artigo 214 do citado Regimento.

Ademais, por questão de zelo, nossa diligente Fiscalização foi instada a averiguar eventuais vestígios de imperfeições na Administração do Município de Cruzeiro, tendo-se verificado, com supedâneo em farta documentação, a regularidade da folha de pagamentos, dos lançamentos dos encargos sociais e de assuntos correlatos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Desta feita, perdem força os argumentos iniciais, de modo que acolho as manifestações conclusivas da Fiscalização e da ATJ, no sentido de que não subsiste suporte para que o pleito prospere.

Diante das considerações acima, **voto pela improcedência da representação** formulada pelo Sindicato dos Servidores Públicos de Cruzeiro contra a Prefeitura Municipal de Cruzeiro.

RENATO MARTINS COSTA
Conselheiro